



COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

TRIGÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA DE DELEGADAS
10 a 12 de novembro de 2008
Santiago de Chile, Chile
2008

OEA/Ser.L/II.2.34
CIM/doc.24/08
23 outubro

Original: português

RELATÓRIO NACIONAL: BRASIL

(Punto 3 b) de la agenda)



Presidência de República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Comissão Interamericana de Mulheres – CIM/OEA
XXXIV Assembléia de Delegadas
Santiago, Chile, de 10 a 12 de novembro de 2008

INFORME NACIONAL: BRASIL
Período 2006/2008

I. ASPECTOS GERAIS DO INFORME

Após as eleições gerais no país, ocorridas em outubro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito para um novo mandato de quatro anos. Ao discursar na cerimônia de posse no Congresso Nacional, no dia 1º de janeiro de 2007, o Presidente destacou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e as conquistas alcançadas pelas políticas de gênero durante seu primeiro mandato e afirmou: “Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este País combaterá, de maneira decidida e permanente, todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária”.

Entre os principais programas de políticas públicas gerais com impactos evidentes na vida das mulheres lançados no período, cabe destacar:

- o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um conjunto de 50 medidas envolvendo investimentos da ordem de R\$ 503 bilhões na infra-estrutura do país, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, até o ano de 2010.
- o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci - Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007), que integra ações de segurança pública e políticas sociais para o enfrentamento da criminalidade, com investimentos de R\$ 4,8 bilhões na integração de políticas de segurança pública com ações sociais nas 11 regiões mais violentas do país. (Para 2007 foram previstos R\$ 483 milhões).
- o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que inclui metas de qualidade para a educação básica; a criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica, além do aumento de 114 mil vagas para a rede federal de educação superior até 2009.

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Com os objetivos de avaliar o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM) e discutir a participação das mulheres nos espaços de poder foi realizada em agosto de 2007, em Brasília, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

O processo da II CNPM envolveu 195 mil mulheres de todos os cantos do País. De março a julho de 2007, foram realizadas 600 conferências municipais/regionais e estaduais, envolvendo 1.616 municípios, onde se discutiu a realidade social, econômica, política e cultural brasileira e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. No total, estiveram presentes à II CNPM cerca de 2800 delegadas, entre representantes governamentais e não-governamentais, representando a diversidade das mulheres brasileiras.

Entre os principais resultados da II Conferência Nacional destacam-se: a reafirmação dos princípios da Política Nacional para as Mulheres e o detalhamento dos eixos estratégicos já existentes (Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; e Gestão e monitoramento do Plano).

E a inclusão de seis novos eixos: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, moradia digna, e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e, Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

Deste processo resultou uma ampla revisão do PNPM, com a participação de todos os setores de governo envolvidos com a sua implementação, assumindo-se a articulação entre as ações que o integram e aquelas constantes do PPA 2008-2011, bem como das Agendas Sociais específicas de cada órgão setorial do governo, para o mesmo período. Desta forma, espera-se obter maior comprometimento da rede de parceiros com as políticas de promoção da igualdade de gênero.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi lançado em agosto de 2008, com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação, incluído aí um Capítulo dedicado às medidas voltadas para a sua Gestão e Monitoramento. Participam da sua execução 18 órgãos da administração pública federal (ministérios da Educação, Justiça, Saúde, Cidades, Turismo, Desenvolvimento Social, Planejamento, Trabalho e Emprego, Minas e Energia, Cultura e Meio Ambiente; secretarias de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos, Casa Civil, Secretaria Geral da Presidência, SECOM, FUNAI e IPEA), além de representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

II. SEGUIMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA INTERAMERICANO SOBRE A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER E A EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO E O PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO DA CIM

a) Situação Jurídica, Política e Socioeconômica

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, divulgados em agosto de 2008, indicam importantes mudanças na sociedade brasileira, que repercutem diretamente na vida de homens e mulheres. Cerca de 400 mil pessoas em quase 148 mil domicílios por todo o país foram pesquisadas a respeito de sete temas: dados gerais da população, migração, educação, trabalho, família, domicílios e rendimento. A seguir, algumas das principais informações.

O rendimento médio real dos trabalhadores cresceu 3,2% em relação a 2006 e chegou a R\$ 956,00. Esse é o maior nível desde 1999, mas ainda está 5,0% abaixo da remuneração média recebida pelos trabalhadores em 1997 (R\$ 1.011,00).

De 2006 para 2007, a taxa de analfabetismo passou de 10,4% para 10,0% da população com 15 anos ou mais de idade, o que representava cerca de 14,1 milhões de analfabetos. Em 2007, 70,1% das crianças de 4 a 5 anos freqüentavam creche ou escola, em um aumento de 2,5 % em relação a 2006. E o número de estudantes de nível superior aumentou em 251 mil.

O número de desocupados caiu 1,8% entre 2006 e 2007. Em 2007, havia no Brasil 159 milhões de pessoas em idade ativa (10 anos ou mais de idade), 2,0% mais que em 2006. Dessas, 62,0% eram economicamente ativas, ou seja, estavam inseridas no mercado de trabalho, sendo que 57,0% estavam ocupadas e 5,1%, desocupadas. Em 2006, a taxa de atividade havia sido estimada em 62,4%, com 57,2% de ocupados e 5,3% de desocupados.

Embora o nível de ocupação tenha registrado ligeira redução de um ano para o outro – por conta do crescimento maior da população em idade ativa do que da população ocupada –, o total de ocupados cresceu 1,6%, totalizando 90,8 milhões de pessoas em 2007. O nível de ocupação para os homens (68,0%) mantinha-se mais elevado que o das mulheres (46,7%).

Além da pequena queda no nível de desocupação entre 2006 e 2007, também diminuiu o contingente de desocupados, de 8,2 milhões para 8,1 milhões de pessoas (-1,8%). A taxa de desocupação⁴ era de 8,2% em 2007 (em 2006, havia sido de 8,4%), sendo menor para os homens (6,1%) que para as mulheres (10,8%).

Se, em relação ao total da população com 10 anos ou mais de idade, a população ocupada tinha uma proporção maior de pessoas com 11 anos ou mais de estudo (39,1% frente a 30,1%), entre as mulheres, essa concentração era ainda maior: 45,7% entre as ocupadas frente a 32,0% do total. O número médio de anos de estudo também era maior, em 2007, para a população ocupada (7,7 anos) do que para as pessoas com 10 anos ou mais de idade (6,9 anos), diferença que aumentava ainda mais na população feminina. As mulheres ocupadas tinham, em média, 8,3 anos de estudo, enquanto para as mulheres em idade ativa a média era 7,1 anos.

Em 2007, 35,3% dos trabalhadores brasileiros tinham carteira de trabalho assinada, totalizando 32,0 milhões de pessoas. Em 2005, esse percentual era de 33,1%, tendo aumentado para 33,8% em 2006. As cinco grandes regiões apresentaram crescimento nesse indicador, com destaque para o Nordeste, que teve elevação de 8,5% no número de ocupados com carteira assinada - no Brasil como um todo, esse aumento foi de 6,1%.

O rendimento médio real mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas (e com rendimento de trabalho) cresceu pelo terceiro ano consecutivo e chegou a R\$ 956,00. O aumento real de 3,2% observado de 2006 para 2007, no entanto, foi inferior aos de 2005 para 2006 (7,2%) e de 2004 para 2005 (4,5%). Assim, o crescimento acumulado desde 2004 (R\$ 827,00) foi de 15,7%.

Em 2007, o rendimento médio real de todos os trabalhos das mulheres correspondia a 66,1% da remuneração masculina. Mas os rendimentos médios de homens e mulheres estão mais próximos que nos anos anteriores (65,6% em 2006, 64,5% em 2005 63,5% em 2004).

O fornecimento de energia elétrica é o serviço público que possui o maior alcance no país. Com a expansão de 0,5 ponto percentual desde 2006, 98,2% domicílios do país tinham este serviço em 2007.

Houve redução no trabalho infantil no país de acordo com a Pnad 2007. A proporção de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos que trabalhavam caiu de 11,5%, em 2006, para 10,8%, em 2007. Ou seja, de um total de 44,7 milhões de pessoas nesta faixa etária, a redução foi de 5,1 milhões para 4,8 milhões de trabalhadores (menos cerca de 300 mil ocupados).

De 2006 para 2007, a taxa de analfabetismo passou de 10,4% para 10,0%, que representa cerca de 14,1 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade. A Pnad mostra que, nos últimos 15 anos, foram verificados avanços significativos na educação, lembrando que a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais chegara a 17,2% em 1992. A queda dessa taxa foi observada em todas as grandes regiões investigadas, sendo que no Nordeste houve a maior redução da taxa de analfabetismo, passando de 32,7%, em 1992, para 19,9% em 2007.

Em 2007, a população do país somava 189,8 milhões de pessoas, sendo que as mulheres respondiam por 51,2% da população residente e os homens, por 48,8%; respectivamente, 97,2 milhões e 92,6 milhões de pessoas. Em relação a 2006 não houve mudança significativa na distribuição por sexo da população residente, que era 51,3% de mulheres e 48,7% de homens.

Em 2007, a população do país estava composta por 49,4% de brancos, 7,4% de pretos, 42,3% de pardos e 0,8% de outras. Em relação a 2006, houve aumento de 0,5 ponto percentual entre os declarados pretos, e redução de 0,3 ponto percentual entre os brancos. Houve aumento da participação dos pretos em todas as regiões, exceto a Norte, onde houve queda de 0,7 ponto percentual.

A Pnad 2007 reafirma a tendência de envelhecimento da população verificada nos últimos anos. De 2006 para 2007, o contingente da população de 40 anos ou mais de idade cresceu 4,2% enquanto que o grupo mais jovem, de 0 a 14 anos, apresentou redução de 0,7%.

b) Diretrizes das políticas públicas e avanços legislativos

Integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas

Em relação a integração da perspectiva de gênero nas políticas mais gerais do Governo brasileiro, vale destacar importantes avanços, resultado de gestões da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres : a incorporação da transversalidade de gênero e raça na orientação estratégica de governo para o Plano Plurianual 2008-2011, bem como nas ações de diferentes ministérios.

Para este período, a Orientação Estratégica de Governo explicita, já na sua introdução, a necessidade do enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, afirmando que “É necessário traduzir essas orientações em iniciativas práticas e dar convergência à ação do setor público, por meio de uma estratégia de desenvolvimento com crescimento associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade fiscal e de preços”.

Entre os 10 objetivos de governo (que definem o que será perseguido, com maior ênfase no período e têm como finalidade nortear a formulação de políticas públicas no âmbito de cada Ministério, assim como a elaboração dos programas que integrarão o Plano Plurianual 2008 – 2011), o quarto objetivo é “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”.

O Plano Plurianual 2008-2011 da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres se estrutura em três programas: Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres; Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas.

E em seis objetivos setoriais: 1) Promover a incorporação do enfoque de gênero na formulação de políticas e o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão em todas as esferas da administração pública, contemplando as diversidades existentes entre as mulheres; 2) Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero; 3) Implementar, no âmbito do Estado, políticas que promovam a conciliação entre as atividades domésticas e possibilitem a alteração da atual divisão sexual do trabalho; 4) Prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres; 5) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz; e 6) Contribuir para a ampliação do exercício do poder pelas mulheres, possibilitando sua participação em todas as esferas de decisão.

Avanços legislativos

No período desse Informe, importantes legislações no âmbito da promoção e defesa dos direitos das mulheres foram aprovadas: 9 decretos e 8 leis. Dentre os decretos destacam-se o decreto

nº 6.481/2008, assinado em 12 de junho, que lista as piores formas do trabalho infantil e proíbe o trabalho doméstico para menores de 18 anos; o decreto nº 6.122, de 14 de junho de 2007, que assegura às trabalhadoras desempregadas o direito à licença maternidade pago pela Previdência Social e o de nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP.

Entre as leis aprovadas, destacam-se a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; a Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008 que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; a Lei 11.664 de 29 de abril de 2008 que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS; a Lei 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

c) Programas de desenvolvimento para implementar o Plano Estratégico

Erradicação da Pobreza

Uma das principais medidas do governo para erradicar a pobreza é o Programa Bolsa Família. Este é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias pobres e extremamente pobres. O benefício concedido é entregue, via de regra, à família através das mulheres. Pautando-se no reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, para romper o ciclo de pobreza entre gerações, o programa se articula a outros complementares como: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

O resultado de implementação desse Programa começa a ser detectado. Três milhões de pessoas deixaram a pobreza nos últimos seis anos nas seis principais regiões metropolitanas do país - São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre -, o que corresponde a uma queda de 8,8 % na pobreza, segundo os dados de pesquisa de 2008 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.

O número de pobres, que de 14,3 milhões em 2002, subiu para 15,4 milhões em 2003 – em uma evolução de 32,9% em 2002 para 35% em 2003 -, desde então passou a cair, chegando a 11,3 milhões neste ano, em uma queda contínua até os atuais 24,1%, em função do crescimento econômico, dos ganhos do salário mínimo e das transferências do governo.

O nível de indigência seguiu o mesmo ritmo. Era de 12,7% em 2002 (5,5 milhões de pessoas), subiu para 13,7% em 2003 (6 milhões) e agora está em 6,6% (3,1 milhões).

Em 2003, o percentual de famílias mais ricas, com rendimento de 40 salários mínimos mensais ou mais, sofreu redução de 20%, voltando a crescer a partir de 2005.

Segundo o Ipea, no ano passado, o percentual encontrava-se no mesmo patamar de 2002 e, neste ano, a tendência é permanecer estável.

O pagamento do Bolsa Família referente ao mês de julho foi concluído pelo governo federal com reajuste médio de 8%, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Assim, a recomposição dos valores com base variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), entre junho de 2007 e maio de 2008, resultou em R\$ 67 milhões a mais transferidos às 11 milhões de famílias atendidas pelo programa em todo o País.

Segundo o MDS, essa é a segunda recomposição dos valores do benefício do Bolsa Família. A primeira ocorreu em agosto de 2007 e ficou na média de 18%, também conforme variação do INPC, entre outubro de 2003 – época da criação do programa – e maio de 2007.

De acordo com o MDS, o governo decidiu corrigir os valores dos benefícios para garantir o poder de compra, defasado em razão do aumento nos preços dos alimentos. Com a correção, o total do pagamento de julho foi de R\$ 932,9 milhões, contra R\$ 865,8 milhões correspondentes a junho. Na região Nordeste, que abriga mais de 50% dos beneficiários, o reforço no orçamento das famílias atendidas foi de R\$ 35,3 milhões.

Eliminação da violência

Informações sobre esse tema podem ser obtidas em detalhes na resposta ao item “D” desse Informe.

Educação – Programas específicos da SPM

Programa Gênero e Diversidade na Escola

Lançado em 2005, este Programa de curso, na modalidade de ensino a distância, passou a integrar, em maio de 2008, a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O programa é uma parceria da SPM com o Ministério da Educação (MEC/SECAD/CAPES) e com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Voltado para a capacitação de professores (as) e gestores(as) das escolas públicas para lidar com a diversidade nas salas de aula, combatendo atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a gênero, relações étnico-raciais e as diversas orientações sexuais, o programa contou este ano com a adesão de 29 Universidades públicas e um público alvo estimado para a edição 2008-2009 de 15.000 educadores (as) e gestores(as) da rede pública de ensino.

Programa Mulher e Ciência

Desenvolvido a partir de 2005, o programa é uma parceria entre a SPM, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Educação e o UNIFEM, com o objetivo de estimular a produção científica e

a reflexão acerca das relações de gênero no País e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

O Programa abrange: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - um concurso de redações e artigos científicos, voltados para estudantes do ensino médio, ensino superior e graduados -, que já na sua 4ª edição alcança um público de cerca de 5.000 estudantes; o edital de pesquisas do CNPq na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, que em sua segunda edição de 2008 recebeu o aporte financeiro de R\$ 5 milhões de reais, contando com a nova parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Como parte do Programa Mulher e Ciência, está em preparação o 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, previsto para ser realizado em maio de 2009.

Também associado ao Programa e dando continuidade à parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação/INEP-MEC foi realizado em 2007, o Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior reunindo especialistas de todo o país.

Em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC foi lançado o Programa Mulheres em Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, através de um edital de apoio a 11 bolsas de Mestrado para pesquisas sobre o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, para qual se inscreveram 38 estudantes de diversos estados do Brasil.

Participação das mulheres nas estruturas de poder e de tomada de decisão

A participação política das mulheres, ou mais amplamente, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão é um dos objetivos centrais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e foi destacado como um dos focos principais da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

No período desse Informe, grande parte das discussões existentes na sociedade brasileira a respeito das cotas para mulheres na política e os mecanismos necessários para o seu aprimoramento tem sido enfrentadas no âmbito do debate mais amplo sobre a Reforma Política no Brasil. Questões como o financiamento público de campanhas, a adoção de listas fechadas e alternadas de candidaturas têm sido motivo de manifestações dos movimentos de mulheres, com apoio do governo federal, a exemplo da *Carta ao Congresso Nacional*, aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 17 de maio de 2007 e do ato público em defesa da participação feminina na reforma política, realizado em junho de 2007, promovido pelo CNDM e Bancada Feminina do Congresso Nacional e apoiado pela SPM

Ainda neste campo, se destaca a criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos com o objetivo de articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política. Integram o Fórum representantes de instâncias de mulheres de 16 partidos políticos, das mais diversas tendências ideológicas.

Cabe ainda maior destaque ao lançamento, em agosto de 2008, da Campanha “Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso!” que pretende ser permanente e incidir nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade através de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, um dos objetivos da Campanha em sua primeira fase é a eleição de mais mulheres nos espaços legislativos e executivos municipais.

Nessa primeira etapa foi lançada uma plataforma eleitoral que elenca políticas a serem incorporadas nas plataformas de candidatas e candidatos identificados com o enfrentamento ao racismo e ao sexismo e com os princípios da igualdade e respeito à diversidade. Spots de rádio que destacam a importância da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. E o site www.maismulheresnoperbrasil.com.br que reúne informações e dados, nessa primeira etapa, sobre as eleições 2008.

Trabalho

Programa Pró-Equidade de Gênero

O Programa Pró-Equidade de Gênero tem por objetivo principal promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em organizações públicas e privadas por meio do desenvolvimento de novas concepções e práticas da gestão de pessoas e da cultura organizacional.

A segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero (Biênio 2007/2008) foi dirigido a empresas ou instituições públicas e privadas, e registrou um crescimento de 100% do número de organizações participantes (de 16 para 38). Encerra-se em dezembro de 2008, após o processo de avaliação final do Comitê, com a entrega do Selo Pró-Equidade de Gênero às empresas e instituições que cumprirem seus Planos de Ação

Nesta segunda edição, o processo de monitoramento *in loco* dos Planos de Ação implementados pelas organizações inscritas, está sendo desenvolvido em duas etapas iniciais de visitas, o que possibilita a identificação de dificuldades e problemas e garante um desenvolvimento mais seguro das ações programadas.

Outras inovações foram: a criação de um Comitê *ad-hoc*, constituído por professoras e professores dos Núcleos de Estudos de Gênero de Universidades situadas em diferentes pontos do país, para apoiar a Coordenação no processo de monitoramento da implementação do Programa; e a realização em setembro de 2008, da Oficina “Programa Pró-Equidade de Gênero: Oportunidades Iguais. Respeito às Diferenças”, promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, com o apoio da OIT e do UNIFEM.

A Oficina veio atender à demanda das Coordenações de Comitês de Gênero das empresas participantes do programa, por maior capacitação, embasamento teórico e troca de experiências práticas de e para o enfrentamento da desigualdade de gênero e raça no mundo do trabalho.

Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher foi lançado em 2007, no Estado do Rio de Janeiro, pela SPM em parceria com os governos estaduais, o Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Business Professional Women – BPW e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. A partir de 2008, ganha dimensão nacional, sendo implantado também nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, em parceria com os Estados de Santa Catarina, Paraíba e Distrito Federal.

Suas atividades estão direcionadas para as mulheres empreendedoras que possam tanto criar novos negócios como desenvolver os existentes; e mulheres pobres, em situação de vulnerabilidade social, participantes ou não, de programas de inclusão social. Paralelamente, o Programa atende às gestoras e gestores públicos das Secretarias Estaduais participantes das ações e as redes locais de apoio.

Desenvolvido a partir dos eixos Fomento ao Empreendedorismo e Trabalho e Ocupação seu objetivo é alterar de modo significativo a inter-relação presente nos processos de desenvolvimento local e os fatores de vulnerabilidade que incidem sobre as condições de vida das mulheres no que diz respeito à ambiência produtiva, autonomia econômica e financeira e posição ocupada no mercado de trabalho quanto à tomada de decisões.

Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais foi instituído pelo Governo Federal, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Secretaria de Agricultura Familiar e da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do INCRA, Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e a Companhia Nacional de Abastecimento.

O Programa tem por objetivo principal: “Fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural”. O Programa será implementado prioritariamente nas áreas do Plano Social Integrado do Governo Federal, especialmente (mas não exclusivamente) nos Territórios da Cidadania;

Saúde

As políticas nessa área foram desenvolvidas em estreita parceria do Ministério da Saúde com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

No período de 2006 a 2008 foram reafirmadas ações para a redução da mortalidade materna e como parte disso, foram assinados o Pacto pela Vida e os Pactos de Gestão e em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), como estratégias de articulação das ações do Governo Federal e os demais

níveis (estaduais e municipais) de saúde. Foram incorporadas as ações para diminuição da mortalidade materna e neonatal, constantes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2007.

Com a finalidade de diminuir o número de cesáreas desnecessárias, foi lançada, em 2006, a Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e Redução da Cesárea Desnecessária. Em maio de 2007 o Programa de Planejamento Familiar, que contempla diferentes ações, como a liberação do teto para pagamento da vasectomia e aumento de pagamento do procedimento de R\$ 20,00 para R\$ 108,00, a ampliação da oferta de contraceptivos para a Farmácia Básica dos postos de saúde para 50 milhões de cartelas de pílulas combinadas e para 4,3 milhões de ampolas de injetável mensal ou trimestral, entre outros métodos, com investimento de R\$ 100 milhões e a ampliação dos serviços credenciados para esterilização para 838 serviços em 2008.

Na área de violência contra a mulher o Ministério da Saúde investiu R\$ 5,4 milhões em 2008 para a formação das Redes de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. E, como consequência da Lei Maria da Penha, foi elaborado o documento técnico “Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual”.

Foram elaborados vários documentos técnicos no período, entre eles destacamos a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes (2007) e a Elaboração da matriz pedagógica para a formação de redes de saúde da mulher negra, índia, lésbica, idosa, trabalhadora rural e em situação prisional.

Em 2008 foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – 2008 pelo Ministério da Saúde. Esta Política expressa o compromisso do Sistema Único de Saúde (SUS) com povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo. A SPM compõe este grupo, juntamente com o Ministério da Saúde e representantes destas comunidades.

Entre as ações desenvolvidas para a “Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Enfrentamento a Feminização da Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)” implementou-se o Plano Integral de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e DST; foram realizadas seis oficinas macro-regionais para elaboração dos planos estaduais e encaminhados treze planos para análise do Ministério da Saúde e a realização de consulta nacional e workshop sobre prostituição em parceria com PN-DST/Aids do MS.

Foi realizada no Rio de Janeiro, em março de 2008, a I Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV. O objetivo desta reunião foi reunir Ministras e Ministros encarregados de Políticas para Mulheres de países de Língua oficial portuguesa, representantes da área de saúde, de organizações da sociedade civil, para acordar uma agenda com temas prioritários para a cooperação sul-sul no que tange ao fortalecimento das respostas nacionais à epidemia de HIV.

O debate sobre a autorização da interrupção da gravidez nos casos de fetos anencéfalos esteve presente no período desse informe. O Supremo Tribunal Federal realizou 3 audiências públicas com entidades de mulheres, científicas e feministas sobre a questão da anencefalia. O

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi ouvido em duas audiências, sendo que em uma delas foi representado pela presidenta do Conselho, a Ministra Nilcéa Freire.

No período de 2006-2008 a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde realizou o Seminário sobre *Atenção à Saúde, Gênero e Saúde da Mulher* – de 29 a 31 de agosto de 2007 – com o objetivo de subsidiar conselheiras/os de saúde para análise do modelo de atenção à saúde em suas interfaces com as questões de gênero e a saúde da mulher.

Em sua primeira reunião após a Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2007, a Comissão avaliou a Conferência e elaborou seu plano de trabalho, a partir do resultado desta conferência e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultado da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Instituições nacionais responsáveis pelo avanço das mulheres

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Em junho de 2008 tomaram posse as novas conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), para o biênio 2008-2010. Com base no Decreto 6.412, o CNDM ampliou sua composição para o biênio 2008/2010. Nesse novo mandato, o número de integrantes passou de 36 para 40, sendo 16 representantes do Poder Público Federal; três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero a serem indicadas pelo novo Pleno do CNDM; e 21 representantes de entidades da sociedade civil, de caráter nacional, escolhidas por meio de votação do colégio eleitoral composto por representantes das entidades habilitadas a uma vaga no Conselho.

A proposta de renovação do CNDM resultou de um amplo processo de discussões e para as entidades se habilitarem a uma representação no Conselho Nacional foram exigidos três pré-requisitos: compartilhar dos princípios da Política Nacional para as Mulheres, aprovados na I e II Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres; atuar na mobilização, na organização, na promoção, na defesa ou na garantia dos direitos das mulheres há, pelo menos, dois anos; atuar, no mínimo, em sete estados e em três macro-regiões.

Além das ações específicas enquanto Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o trabalho do CNDM também é voltado para o fortalecimento de conselhos de direitos da mulher nos estados e municípios brasileiros. Em 2003 havia informação da existência de 90 Conselhos Municipais e 20 Conselhos Estaduais. Hoje a Secretaria do CNDM registra 236 Conselhos cadastrados: 25 Estaduais, estando por serem criados os conselhos estaduais de Rondônia e Sergipe; e 211 conselhos municipais. Com relação a estes conselhos, a responsabilidade por supri-los de orçamento e estrutura e de estados e municípios, dada a existência de um pacto federativo no País. Destaque-se que o caráter de tais mecanismos é de articulação e controle social.

Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

Considerando ser fundamental a existência de organismos de políticas para as mulheres em todas as esferas do executivo, como ação do próprio Plano e que concorre para sua implementação, tem sido estimulada e apoiada pela SPM, sua criação nas administrações municipais e estaduais, sob

a forma de secretarias, superintendências ou coordenadorias da mulher vinculadas diretamente ao gabinete do governador (a) ou prefeito (a).

De 2004 para 2008, o número de organismos de políticas para as mulheres aumentou significativamente, passando de 13 para 201, sendo 18 estaduais e 183 municipais. Outra importante ação da SPM para o fortalecimento da institucionalidade de gênero foi a criação do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados.

Migrações

No período desse relatório a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres –SPM, abriu uma nova frente de atuação, participando do Conselho Nacional de Imigração na condição de observadora. O Conselho foi criado pela Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Sua estrutura é formada por um colegiado quatripartite com representantes do Governo Federal (9), de trabalhadores (5), de empregadores (5) e da sociedade civil (1).

Entre suas atribuições, previstas no Decreto nº. 840, de 22 de junho de 1993 estão:

- orientar e coordenar as atividades de imigração; formular a política de imigração; promover ou fomentar estudo de problemas relativos à imigração; opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração, proposta por órgão federal.

A SPM participou da visita aos brasileiros e brasileiras na Espanha, realizada com o objetivo de divulgar a Cartilha “Brasileiras e Brasileiros no Exterior – Informações úteis”, lançada em 15 de janeiro de 2008 e conhecer a realidade dos brasileiros que vivem na Espanha e a possibilidade de implementação do projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro”. A SPM também participou do Seminário Migrações e Mundo do Trabalho, realizado no marco do Protocolo de Ação e Cooperação existente entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal (CGTP). E da Oficina de trabalho “Diálogo Tripartite sobre políticas públicas de migração para o trabalho”, promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Conselho Nacional de Imigração, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, realizado em São Paulo, Brasil, no período de 25 a 28 de agosto de 2008.

- d) Uma descrição das medidas levadas a cabo para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher, assim como as ações para implementar a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará

O conjunto de ações, iniciativas e programas para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no âmbito da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, estão contemplados no Plano Plurianual – PPA 2008-2011 e na Agenda Social do governo, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

No que diz respeito a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre os anos de 2006 e 2008, destacam-se dois marcos políticos: a sanção da

Lei Maria da Penha e a instalação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em diferentes estados e municípios do Brasil.

Lei nº 11.340 – Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha, de 07 de agosto de 2006, efetiva-se como um importante instrumento jurídico de criminalização da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. É fundamentada em documentos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. A Lei dispõe, ainda, sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (Art. 1º).

Com base nos principais resultados da Pesquisa Ibope realizada pela Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, constatou-se que em dois anos de implementação, a Lei tem aprovação de 83% da população brasileira. Os dados sinalizam que do total de entrevistados, homens e mulheres, 68% declararam conhecer ou perceber a eficácia da Lei Maria da Penha, ainda que de forma informal, isto é, sem ter acesso ao texto da lei.

Dados da Central de Atendimento à Mulher demonstram que, entre agosto de 2006 a agosto de 2008, houve um aumento significativo dos atendimentos de orientação sobre a Lei Maria da Penha. Os registros em 2006 foram de 6.219, contra 47.975 no ano de 2007 e 69.554 de janeiro a agosto de 2008, somando 123.748 atendimentos que se destinaram especificamente a esse tipo de orientação.

Quanto aos registros gerais de atendimento do Ligue 180, referentes aos relatos de violência - denúncia, reclamações, sugestões, elogios e procura por serviços, o impacto da Lei é evidenciado pelo aumento na procura por informações. Em 2007 os registros somaram 204.978 atendimentos e só no período de janeiro a agosto de 2008 o número alcançou 166.970 atendimentos. Em alguns estados, por exemplo, o número de registros de atendimentos no Ligue 180 apresentou um aumento de 327%, como em Pernambuco, e 300% no Maranhão. Cumpre ressaltar que o aumento dos registros encontra-se em todos os estados brasileiros. O resultado desse crescimento deve-se, em grande medida, a maior divulgação da Lei, investimentos em melhorias tecnológicas e o aperfeiçoamento do sistema e capacitação das atendentes

Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher representou uma importante iniciativa do Governo Brasileiro, concretizando a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, principalmente no que se refere aos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência e a implementação da Lei Maria da Penha. O Pacto parte de uma lógica tripartite e a pactuação garante a interiorização e a capilarização dos pressupostos e ações previstas.

O Pacto foi lançado em agosto de 2007 e integra os objetivos previstos no capítulo sobre “enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres” descritas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). A principal finalidade do Pacto é o enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres, erigidas a partir de uma leitura contextualizada e de prospecção

integral de atendimento, articulando aspectos sociais, econômicos, raciais, étnico e da diversidade sexual com as questões de gênero.

Inicialmente, foram definidos 11 estados prioritários para compor as ações do Pacto: Amazonas, Pará, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Minas Gerais e Mato Grosso do Sul são os mais recentes estados incorporados, totalizando 13 unidades federativas.

A visão da integralidade das ações do Pacto organizam-se em quatro grandes áreas estruturantes, são elas: Consolidação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Enfrentamento à Feminização da Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres e Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em situação de Prisão.

Entre as atividades desenvolvidas para a “Consolidação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha” destacam-se o apoio financeiro as iniciativas e projetos que para o fortalecimento da rede de atendimento; capacitação de profissionais da rede; a central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; o Observatório da Lei Maria da Penha; e o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas.

Neste cenário, e com o compromisso de ampliar a rede de serviços de assistência à mulher em situação de violência, foram inaugurados cinco Centros de Referência em diferentes cidades brasileiras, a saber: Porto Velho – RO, Cabo Frio – RJ, Teresina – PI, São Luís - MA, Belém – PA e Cuiabá-MT, iniciadas as capacitações da rede de atendimento no Rio de Janeiro e Distrito Federal e instalado o Observatório Nacional de Monitoramento da Implementação da Lei Maria da Penha.

No tocante as ações e campanhas educativas, destacam-se a campanha de enfrentamento às mulheres do campo e da floresta. Foi instalado o Fórum Nacional sobre Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta.

Quanto às campanhas em âmbito nacional destaca-se: Lançamento do Siga Bem Mulher 2008, que integra a Caravana Siga Bem Caminhoneiro, em parceria com a Petrobrás; foi definida a Campanha “16 dias de ativismo pela não violência”, que reafirma o compromisso do Estado Brasileiro com a Implementação da Lei Maria da Penha; e está em negociação com a empresa Avon Cosméticos Ltda a divulgação do Disque 180 e da Lei Maria da Penha nos catálogos dos produtos.

No âmbito do Judiciário, foi realizada a II Jornada Maria da Penha, em parceria com o Ministério da Justiça - MJ/Secretaria da Reforma do Judiciário - SRJ e Conselho Nacional de Justiça –CNJ, em março de 2008. A capacitação e a inclusão da Lei Maria da Penha visa alcançar os Juízes e Juízas atuantes e em formação. Foram lançadas 3 chamadas públicas para apresentação de projetos para financiamento aos Tribunais de Justiça e Varas Especializadas, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos Estaduais que resulta no seguinte: 7 novos Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, 11 Novos Núcleos Especializados no Atendimento à Mulher e 2 novas Promotorias Especializadas no Atendimento às Mulheres. Foram fortalecidos 3 Juizados, 5 Núcleos e 1 Promotoria.

No campo do “Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres” a SPM, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, implementou projeto piloto e análise de construção de metodologia de atendimento às mulheres vítimas do tráfico de pessoas, que incluiu seminários para caracterização do tráfico de mulheres.

Também apoiou a execução de projetos com ONGs que compõem a “Aliança Global contra Tráfico de Mulheres” – GAATW, para a criação de um banco de dados sobre o Tráfico no Brasil e a realização de 02 Colóquios sobre o Tráfico de Pessoas, com representantes de todas as regiões do Brasil e também da Bolívia, Paraguai e Colômbia.

Na área da “Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em situação de Prisão” estão previstas ações para construção e reforma de estabelecimentos penais femininos; capacitação para geração de renda e acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita, em parceria com o Ministério da Justiça.

Como resultados do Grupo de Trabalho Interministerial criado para propor medidas de reorganização e reformulação do sistema prisional feminino, em fevereiro de 2008 foi lançado o mutirão nacional de assistência jurídica integral e gratuita às mulheres em situação de prisão, coordenado pelas Defensorias Públicas. Onze Estados que apresentaram projeto para a realização do mutirão: São Paulo, Pernambuco, Ceará, Acre, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Santa Catarina, Paraná e Goiás.

III. AÇÕES FUTURAS PARA AVANÇAR NA APLICAÇÃO DO PROGRAMA INTERAMERICANO SOBRE A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER E A EQUIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO E O PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO DA CIM

a. Nível nacional, para melhorar a situação da mulher

Entre as ações futuras destacamos:

- *Observatório Nacional da Igualdade de Gênero.* Com lançamento previsto para março de 2009, o Observatório está voltado para a disseminação, monitoramento e análise da implementação das políticas públicas que se destinem à redução das assimetrias de gênero e se estruturará para o acompanhamento das ações relacionadas ao mundo do trabalho, educação, saúde, enfrentamento à violência de gênero e participação das mulheres nos espaços de poder. Trata-se de mais uma iniciativa para ampliação do diálogo regional e internacional em direção à maior equidade de gênero no continente. E se articulará com o Observatório Regional de Gênero para a América Latina e Caribe, que está sendo estruturado pela Divisão da Mulher da CEPAL.
- *Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.* Entre as metas do Pacto Nacional para o período 2007-2011 estão: construir, reformar ou equipar

764 serviços de Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência; capacitar três mil Centros de Referência de Assistência Social e Centros Especializados de Assistência Social para que prestem atendimento adequado às mulheres em situação de violência; beneficiar mais de 10 mil mulheres em situação de prisão com a construção e a reforma de estabelecimentos prisionais femininos e com projetos que contemplem a geração de renda.

- *Tráfico de mulheres.* No tema do tráfico de mulheres estão em andamento projetos e negociações bilaterais com a Espanha, Portugal e Suriname, em parceria com o Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de fortalecer a articulação das organizações governamentais e da sociedade civil organizada entre esses países, unificar conceitos e procedimentos, bem como definir fluxo de atendimento e pontos de contato na construção de uma Rede Internacional de Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres.

b. Nível Regional, para apoiar as ações que a CIM sugere no curto prazo

Entre as ações no nível regional, além da continuidade das ações de enfrentamento à feminização da epidemia de HIV/AIDS, entendemos ser importante que a Comissão Interamericana de Mulheres passe a atuar mais diretamente no tema da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, como medida estratégica para o fortalecimento de todas políticas de igualdade.

Além disso, para enfrentar a violência contra a mulher faz-se necessário fortalecer o Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará, como organismo responsável pelo monitoramento da sua implementação no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

Brasília, 30 de setembro de 2008